

Brotam alternativas de sociobiodiversidade no Sertão Sergipano – Brasil: o protagonismo de mulheres, agricultores familiares e grupos tradicionais na conservação da Caatinga

Exploring socio-biodiversity alternatives in Sergipe's Sertão – Brazil: the leading role of women, family farmers, and traditional groups in Caatinga conservation

Sônia de Souza Mendonça Menezes ¹

José Natan Gonçalves da Silvas ²

¹ Doutorado em Geografia, Professora, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil
E-mail: soniamenezes@academico.ufs.br

² Doutorado em Geografia, Professor, Departamento de Geografia, Universidade de Pernambuco, Garanhuns, PE, Brasil
E-mail: ljosenatan.silva@upe.br

doi:10.18472/SustDeb.v15n2.2024.54239

Received: 05/06/2024
Accepted: 22/08/2024

ARTICLE-DOSSIER

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da sociobiodiversidade da Caatinga no sertão sergipano, antevendo para o contexto de fragmentação do bioma, mas também para a transmissão e emergência de práticas ecológicas, socioeconômicas e culturais que contribuem para a conservação desse patrimônio. Como recorte espacial, foram delimitados os municípios do sertão sergipano. A metodologia está fundamentada na realização de pesquisas teóricas, documentais e de campo, bem como na realização de entrevistas semiestruturadas, por meio do uso da técnica *snowball*, e na formação de grupos focais entre pesquisadores e os sujeitos que protagonizam as estratégias de manutenção da Caatinga. Os resultados deste estudo apontam para o avanço predatório da destruição do bioma associado, sobretudo, à expansão de atividades agropecuárias. Todavia, em contraposição a esse cenário, brotam e se consolidam experiências, saberes e práticas legitimadas por grupos sociais e povos tradicionais que contribuem para a construção da sociobiodiversidade

Palavras-chave: Caatinga. Patrimônio. Sociobiodiversidade. Grupos tradicionais.

ABSTRACT

This article seeks to examine the dynamics of socio-biodiversity in the Caatinga biome of Sergipe's Sertão within the context of biome fragmentation and the transmission and emergence of ecological, socioeconomic, and cultural practices that aid in the conservation of this heritage. The study focuses on municipalities within Sergipe's Sertão. The methodology incorporates theoretical, documentary, and field research, including semi-structured interviews employing the snowball sampling technique and the

formation of focus groups comprising researchers and stakeholders engaged in Caatinga conservation strategies. The findings reveal a concerning advance in biome degradation, primarily driven by the expansion of agricultural activities. Nevertheless, countering this trend, there is a notable emergence and consolidation of experiences, knowledge, and practices endorsed by social groups and traditional communities, which contribute to the preservation and enhancement of socio-biodiversity.

Keywords: The Caatinga. Patrimony. Socio-biodiversity. Traditional groups.

1 INTRODUÇÃO

A configuração do mundo rural, desde meados do século XX, tem passado por processos de transformação. A reestruturação produtiva, traduzida na modernização agrícola, gerou cenários de exclusão socioespacial. Contudo, tais mudanças não incidiram de forma homogênea sobre os territórios rurais, nem, por conseguinte, eliminaram a diversidade de todos os sistemas econômicos locais, bem como as práticas culturais e simbólicas denominadas de tradicionais, que marcam a identidade e a sociobiodiversidade dos sertanejos e sertanejas com a Caatinga.

Entre as alterações, constata-se a expansão de paradigmas modernos que modificam o uso da terra e, por consequência, geram rupturas, como os movimentos migratórios. Com a escassez de terra para praticar o seu cultivo e de postos de trabalho no campo, emergem as dificuldades financeiras que logo impulsionam a mobilidade populacional (Andrade, 1970). Na migração, traduzida no movimento de “sobrevivência do Eu em territórios de Outros” (Almeida, 2009, p. 208), ocorre o despontamento de constrangimentos, engendrados no abandono do território e nos contextos de desterritorialização e exclusão.

Os agricultores e agricultoras que logram sua continuidade no território processam e organizam estratégias. Eles compartilham entre seus pares o acontecer solidário, identificam as forças antagônicas e os interesses comuns, conformam laços identitários e de pertencimentos e criam novas práticas. Essas práticas, por sua vez, são encorajadas pela territorialidade, que é traduzida pelo desejo premente de continuidade na área física à qual as referências espaciais e simbólicas relacionam o enraizamento e a estabilidade por meio da alteração e constituição de novas formas de produção (Bonnemaison, 2002).

Nesse sentido, ao analisar o referido território, procurou-se estudar as suas práticas e as dinâmicas que envolvem as atividades econômicas com os processos de apropriação do meio. Buscou-se identificar os motes dos homens e mulheres para com a Caatinga, com destaque para as políticas públicas direcionadas ao território, o uso predatório, as estratégias criadas para a convivência com o semiárido, a maneira como eles consumiam os frutos da Caatinga no passado e como os consomem no presente e as formas de interação do lazer, da arte e das recreações tradicionais com o bioma. Investigar essas relações com a sociobiodiversidade torna-se imprescindível para o entendimento do contexto atual.

Diante das mudanças, surgem inquietações que nos motivam a estudar essas relações homem/natureza, assim como as ações que impulsionaram a redução das espécies vegetais típicas do semiárido sergipano: em que medida as políticas públicas e os programas de governo contribuíram para o avanço da pecuária e a expansão do cultivo de *commodities* como o milho? Diante das alterações no espaço, como se apresentam as espécies da Caatinga? Como os agricultores/agricultoras, comunidades tradicionais e grupos sociais locais constroem alternativas para a convivência com a sociobiodiversidade?

Com a finalidade de obter respostas a essas indagações, o artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da sociobiodiversidade da Caatinga no sertão sergipano, antevendo o contexto de fragmentação do bioma, mas também a transmissão e emergência de práticas ecológicas, socioeconômicas e culturais

que contribuem para a conservação desse patrimônio. Assim, as discussões deste texto dialogam diretamente com a grande área temática “Conservação da sociobiodiversidade, serviços ecossistêmicos e modelos de restauração produtiva sustentáveis”, proposta para a construção do Dossiê “Diversidade biocultural e bioeconomia(s)”.

A metodologia utilizada está fundamentada em trabalhos de campo efetivados pelo Grupo de Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais (Grupam) entre os anos de 2019 e 2023 no sertão sergipano, que possibilitaram a realização de visitas em 11 comunidades rurais. Na ocasião, foram construídos três encontros focais (Fraser; Gondim, 2004) entre pesquisadores e oito agricultoras familiares, que integram a Associação de Mulheres do Povoado Lagoa da Volta, Porto da Folha/SE.

Além disso, durante as investigações empíricas, ocorreu a aplicação de entrevistas semiestruturadas (Gil, 1999) com diferentes grupos sociais e tradicionais sertanejos. As abordagens permitiram a obtenção de informações com 12 assentados de reforma agrária, oito integrantes de comunidades quilombolas, sete membros do povo indígena Xokó e sete vaqueiros, que se dedicam à criação de pequenos rebanhos bovinos e participam das “pegas de boi no mato” (Menezes; Almeida, 2008; Silva, 2023). A amostra foi definida de acordo com o uso da técnica *snowball* (Vinuto, 2014). Conforme abordado pela referida autora, nesse procedimento metodológico, a realização de entrevistas é limitada à saturação de informações repassadas pelos indivíduos. A conclusão da amostra ocorre na medida em que novos entrevistados não trazem informações e elementos inéditos ao quadro de análise.

Os dados empíricos registrados no campo foram confrontados com a pesquisa documental efetuada no Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), na Fundação Palmares e na rede de ONGs, universidades e empresas de tecnologias, que foram o Mapbiomas. A análise das informações permitiu antever as transformações do bioma e as interfaces das atividades produtivas, sociais e culturais na conservação e fragmentação dos recursos naturais.

As pesquisas que resultaram na construção deste artigo também estão ancoradas em revisões da literatura que discutem a sociobiodiversidade como uma perspectiva de análise, alicerçada na integração entre os paradigmas ecológicos, sociais e econômicos (Diegues, 2005). Nessa perspectiva, evidencia-se a correlação entre os processos de usufruto sustentável dos recursos naturais, a valorização das culturas tradicionais, a construção de mercados socialmente justos e a autonomia dos grupos sociais nas relações de governança das atividades produtivas (Cavalheiro; Araújo, 2015; Irigaray; Martins, 2016).

Ainda como abordagem teórica, adotar-se-á as concepções em torno da conservação do meio ambiente, que, à luz do debate realizado por Sachs (1986), pressupõe a construção de uma sustentabilidade pautada nas interações entre a economia eficiente, a justiça social e o usufruto prudente e correto do patrimônio natural. Sobre essa discussão, Silvino, Viglio e Ferreira (2016) mencionam que, embora a conservação configure como tema controverso e sujeito a releituras, há em sua fundamentação a busca pela conciliação entre dinâmicas ecológicas e intervenções humanas sustentáveis, fato que destoa das ações preservacionistas que estão atreladas à intocabilidade da natureza.

Quanto à estrutura do artigo, além desta introdução, apresentam-se as discussões relativas às políticas públicas e ao avanço das pastagens e do monocultivo do milho. Em seguida, evidenciam-se as estratégias produtivas de sociobiodiversidade, aborda-se sobre o consumo da flora e seus derivados, evidencia-se o papel exercido pelos povos tradicionais e movimentos artísticos na manutenção do bioma e, por fim, são tecidas as considerações finais.

2 AÇÕES POLÍTICAS E A REFUNCIONALIZAÇÃO DO MEIO RURAL: DO DOMÍNIO DAS PASTAGENS PLANTADAS AO MAR DE MILHO

O sertão sergipano localiza-se em uma área de confluência dos estados nordestinos de Alagoas, Bahia e Pernambuco (Figura 1), e é regulada pela Zona de Convergência Intertropical (Zcít), que resulta em temperaturas elevadas no decorrer do ano.

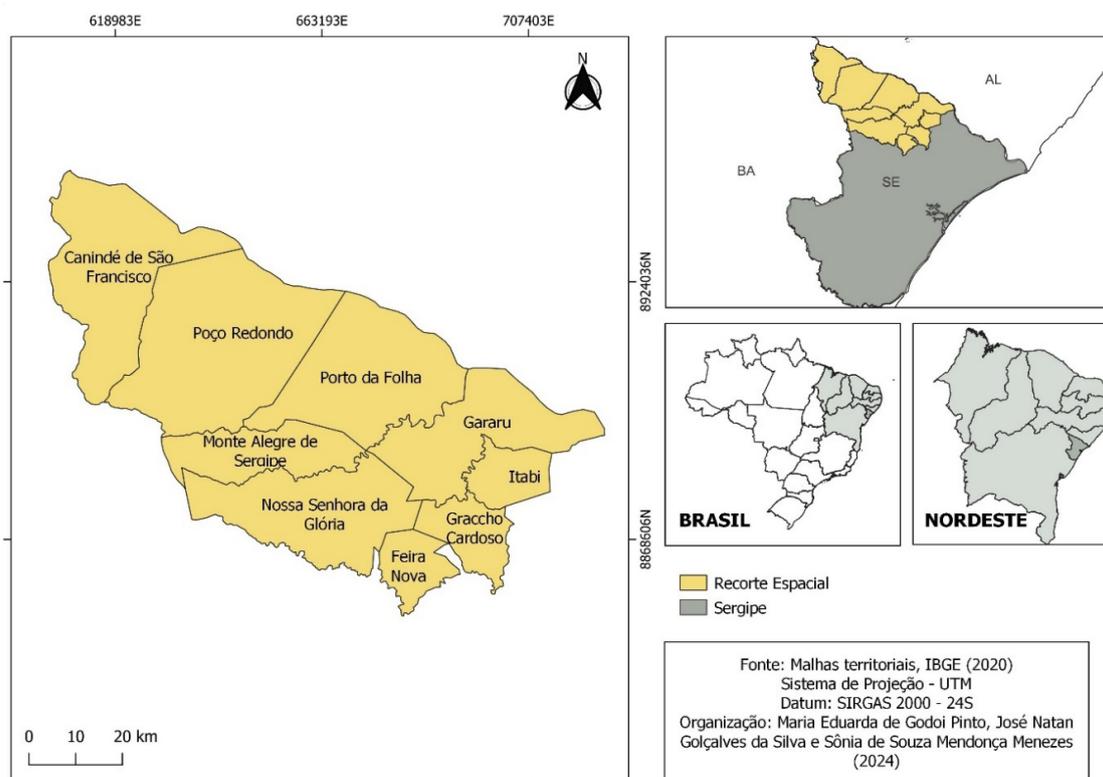


Figura 1 – Mapa do recorte espacial da pesquisa, sertão sergipano, 2024.

No território, predomina o clima semiárido com sete a oito meses secos, temperatura superior a 20°C, chuvas distribuídas irregularmente e concentradas nos meses de abril a julho, isto é, no outono-inverno. A não ocorrência regular da pluviosidade nesse período resulta no fenômeno da seca, que pode se prolongar por dois ou três anos. As precipitações pluviométricas variam de 365 mm a 630 mm anuais. Outra característica do clima semiárido é a elevada evaporação que implica a deficiência hídrica, especialmente no período de primavera-verão, podendo de igual modo se prolongar por todo o ano.

Quanto ao relevo, reflexo da ação do clima e da estrutura geológica, a região está assentada sobre o Pediplano Sertanejo, caracterizado por “superfícies dissecadas e aplainadas que se elevam de leste para oeste” (França; Cruz, 2007, p.78). Esse relevo é plano e apresenta uma ondulação forte na zona de entalhe do Rio São Francisco, bem como nas áreas drenadas pelos seus afluentes.

Essa região é banhada pela bacia do Rio São Francisco e seus afluentes, constituindo-se este como único rio perene. Suas águas são aproveitadas para o abastecimento humano em todos os municípios da referida área e outras distantes por meio da instalação de várias adutoras. Encontram-se territorializados os perímetros irrigados Projeto Califórnia e Jacaré-Curitiba, os quais estão destinados à produção de hortaliças, frutas e tubérculos nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. Entretanto, a principal função econômica das águas desse rio é a produção de energia elétrica com o Complexo Xingó, promotor de modificações profundas e irreversíveis na região. Os demais rios afluentes apresentam-se intermitentes, e suas águas padecem de uma elevada salinidade. Logo, tornam-se impróprias para o consumo humano e irrigação.

Como reflexo das condições climáticas, predomina o bioma da Caatinga, cujas espécies dos estratos arbóreos e arbustivos, em regra, perdem as folhas durante o período de estiagem para reduzir a evapotranspiração. Com a queda da folhagem verde, ocorre a diminuição da taxa fotossintética e, conseqüentemente, as plantas entram em estado de economia de energia, que favorece a diminuição do uso de reservas (Figura 2). A vegetação do tipo hiperxerófila ocupa as áreas mais secas, enquanto nos ambientes mais úmidos predomina a do tipo hipoxerófila. Com a exploração acentuada para diversos fins, essas formações vegetais encontram-se bastante devastadas (França; Cruz, 2007; Santos; Andrade, 1992).



Figura 2 – Transformações fitogeográficas da Caatinga em função da variabilidade dos períodos de estiagem (A) e chuvoso (B) característicos do clima semiárido, Porto da Folha/SE, 2023.

Fonte: Silva e Menezes (2023)

O sertão do São Francisco nos séculos XVII, e em parte do século XVIII, não constituía uma fronteira econômica do estado, nesse período denominado por Teixeira da Silva (1981) Terra de Refúgio.

Essa denominação refletia a pequena ocupação e o domínio de indígenas, negros e homens pobres evadidos de outras regiões. No tocante às comunidades quilombolas do sertão sergipano, elas revelam o movimento dos povos negros escravizados ou de negros alforriados oriundos de outras regiões que adentravam rumo ao interior.

Para Andrade (1986), a pecuária, a despeito de significar a principal atividade, até a metade do século XX, apresentava-se ainda pouco intensiva, sendo os bovinos criados soltos, pouco modificando a vegetação nativa. Constatada sua limitada produtividade, o governo articulou e fomentou políticas públicas com o objetivo de expandir a pecuária, atividade geradora de maior rendimento e de perdas financeiras reduzidas quando comparada à agricultura. Tal processo nos impulsiona a enveredar pelo desvelamento das políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado na área e pela repercussão das mudanças no meio rural sergipano.

A economia sertaneja constituía uma das preocupações principais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Nesse contexto foram elaborados e desenvolvidos planos diretores inicialmente com o objetivo de reduzir as disparidades regionais e os entraves estruturais existentes na região. A partir de 1964, com a Ditadura Civil-Militar e a ausência do Estado Democrático no país, que perdurou até 1985, as proposições iniciais do grupo de trabalho criador da Sudene foram abandonadas em favor do aceleração das formas capitalistas de produção. A execução de planos diretores não promoveu resultados significativos para a melhoria do nível de vida da maior parte da população das áreas sertanejas. Andrade (1970, p.118) assinala os seguintes investimentos do órgão direcionados ao modelo produtivo:

A Sudene deu ênfase a investimentos capazes de intensificar o fomento à cultura do algodão arbóreo, pela multiplicação de sementes selecionadas, e à pecuária bovina, através de programas de multiplicação de gramíneas, de fomento à palma forrageira e do aumento da oferta de água, mediante a perfuração de poços.

A partir da década de 1970, o Estado direcionou ações com o objetivo de extirpar os obstáculos que impediam e limitavam o desenvolvimento agrícola. No entanto, interesses territoriais distintos aos da pluralidade dos agricultores, vinculados aos padrões produtivos diferenciados, tendo em vista a reprodução do capital, promoveram e viabilizaram projetos em favor de empresas agrícolas e das grandes propriedades fundiárias.

Esse cenário foi observado com a criação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), em 1971, que teve como objetivos a desapropriação da terra e a promoção da agroindústria do Nordeste (Menezes, 1999). Por apresentar descrédito, não atingindo sua meta, isto é, modificar o nível social do pequeno produtor como propunha, o Proterra foi finalizado em 1974.

Nesse mesmo ano, foi executado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas (Polonordeste), que teve como propósito fomentar polos rurais de desenvolvimento na região (Sorj, 1986). Porém, à medida que viabilizava a modernização dos estabelecimentos rurais, esse programa contraditoriamente promovia a valorização da terra, sua concentração e, por sua vez, o impulsionamento do êxodo rural.

De acordo com Menezes (2009), outra política pública difundida entre 1976 e 1986 foi o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo). Esse programa contribuiu para a mecanização das atividades agrícolas, conservação de açudes e, sobretudo, expansão da pecuária, atuando na viabilização do cultivo de pastagens e de reservas alimentícias para os animais nos períodos de estiagem.

O propósito econômico das políticas públicas colaborou para o crescimento acelerado da bovinocultura no sertão sergipano. Na formação das pastagens plantadas, os pecuaristas cediam a terra por um a dois anos aos agricultores familiares sem terra. Por sua vez, os agricultores cultivavam suas roças e

deixavam, em troca do uso da terra, o pasto formado (Diniz, 1996; Menezes, 1999). Esse trabalhador, sem terra ou com terra insuficiente, passou a se deslocar em busca de novas áreas de cultivo. Almeida e Vargas (1998, p. 473) enfatizam que “a intensificação do sistema agropastoril vem transformando a paisagem sertaneja em um grande pasto”. Conseqüentemente, os vestígios da Caatinga se restringiram aos vales e às encostas, tendo sido reduzidos de forma assustadora a partir da década de 1970 e, mais recentemente, com o fomento à pecuária leiteira (Menezes, 2009). Esse cenário se reflete nos dados sobre a cobertura vegetal do território (Tabela 1).

Tabela 1 – Cobertura vegetal em áreas de Caatinga (ha), Sergipe, 1985-2022.

<i>Tipos de cobertura</i>	1985	1995	2005	2015	2022
Agropecuária	960,464	961,695	967,482	1,009,536	1,018,997
Florestas	239,062	236,389	232,554	187,601	175,504
Corpos d'água	6537	9461	9696	7656	8572
Área não florestada	2141	2835	3657	8302	8382
Formação natural não florestal	5,522	3,345	336	630	2.271

Fonte: MapBiomias (1985-2022).

De acordo com o MapBiomias, as áreas de Caatinga em Sergipe apresentaram um processo de redução contínua de 1985 a 2022, passando de 239.062 para 175.504 ha, o que representa uma diminuição de 26,58% na cobertura vegetal florestada. Em contrapartida, houve uma expansão das áreas ocupadas pela agropecuária: nesse intervalo de tempo, tais ambientes foram ampliados de 960.464 para 1.018.997 hectares, refletindo um aumento de 6,09%. Vale ressaltar, também, que as áreas identificadas como não florestadas geralmente constituem ambientes em desuso, devido à degradação provocada pela exploração predatória da agropecuária, ou de desmatamento, cujo aproveitamento futuro é direcionado para atividades agrícolas e da pecuária. Em relação a essas áreas, o aumento foi de 291,5% entre 1985 e 2022.

As pesquisas de campo atestam que o cenário de perda da cobertura vegetal da Caatinga, evidenciada na Tabela 1, é provocado, principalmente, pelo avanço das pastagens, e, mais recentemente, do monocultivo de milho. Tal configuração foi consolidada após o incentivo de políticas de crédito agrícola para o plantio do milho dos tipos forrageiro e grão, direcionados, respectivamente, ao processamento de silagem para a nutrição bovina, e à produção do cereal para agroindústrias de farinha de milho e granjas situadas nos estados de Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco.

O desenvolvimento dessas atividades ocorre, sobretudo, por meio dos programas federais inseridos no Plano Safra. Para o biênio de 2023/2024, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) estruturou 13 programas de incentivo à modernização, infraestrutura e otimização produtiva da agropecuária, direcionados, prioritariamente, a médios e grandes produtores rurais (Brasil, 2024). No que tange à agricultura familiar, a reestruturação da agropecuária ocorre pelo acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

No processo de expansão do monocultivo do milho, é introduzido o uso indiscriminado de agrotóxicos, que polui os solos e as águas fluviais, elimina espécies herbáceas do bioma e altera a composição natural da população de insetos e micro-organismos que integram a biodiversidade da Caatinga (Menezes; Silva; Silva, 2019).

Ao retratar sobre as estratégias de conservação desse bioma, Silvino, Viglio e Ferreira (2016) reportam que, na perspectiva econômico-estatal, esse ambiente, geralmente, é tratado em posição de entrave ao desenvolvimento em função do cenário da semi-aridez. Essa concepção fundamentou mecanismos políticos e econômicos de modernização das atividades produtivas, sob o argumento de que tais

mudanças levariam à superação das limitações climáticas. Todavia, processos de especialização tecnológica da agropecuária mostraram-se controversos, em decorrência do aguçamento das disparidades econômicas entre os segmentos do agronegócio e da agricultura familiar, bem como do aprofundamento de problemas ambientais vinculados à exploração predatória dos recursos naturais. Em contraposição a esse contexto, os referidos autores destacam que diferentes estratégias econômicas e sociais de convivência com o semiárido têm possibilitado o uso sustentável e a conservação da Caatinga. A despeito dessas dinâmicas, observa-se a manutenção de práticas culturais, a transmissão de saberes e fazeres pelos sertanejos em diferentes gerações e a emergência de paradigmas alternativos de produção, que são protagonizados por movimentos sociais, organizações e comunidades tradicionais.

3 ESTRATÉGIAS DE SOCIOBIODIVERSIDADE NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

O desenvolvimento das atividades agropecuárias, traduzidas na expansão da pecuária leiteira e no monocultivo do milho sob a lógica paradigmática da Revolução Verde, constitui o padrão econômico que mais contribuiu para a alteração da sociobiodiversidade da Caatinga no sertão sergipano (Menezes; Silva; Silva, 2019). A dependência intensiva dos recursos naturais posiciona a agricultura convencional em um severo patamar de potencialização de problemas ambientais locais e globais, que estão interconectados com as mudanças climáticas, os desequilíbrios dos ciclos biogeoquímicos, a alteração das dinâmicas dos ecossistemas e, inclusive, o provimento de alimentos (Nolasco; Lahsen; Ometto, 2016).

Contrapondo-se ao discurso da quimificação e transgenização do processo produtivo, Silva (2016) menciona que em assentamentos de reforma agrária, em comunidades quilombolas e na Associação das Mulheres do Povoado Lagoa da Volta, em Porto da Folha, foram identificadas experiências fundamentadas no trabalho coletivo, na difusão de práticas de convivência com o semiárido, na recuperação de agroecossistemas locais e na propagação do paradigma da agroecologia (Figura 3).



Figura 3 – Horta agroecológica na Associação de Mulheres do Povoado Lagoa da Volta, Porto da Folha/SE, 2022.

Fonte: Silva e Menezes (2022).

Altieri (2004) assinala que a produção agroecológica está pautada em uma perspectiva biossistêmica e de diversidade produtiva. Esse paradigma tem como foco o manejo de ecossistemas cultiváveis

mediante mecanismos que assegurem a conservação dos recursos naturais, que sejam culturalmente sensíveis aos saberes dos agricultores e que possibilitem a reprodução social dos agricultores.

A harmonia da agroecologia com o bioma é evidenciada no próprio sistema produtivo: 1) as práticas agroecológicas não coadunam com a intensificação produtiva, fato que impede o avanço das atividades em grandes áreas cultiváveis e a incorporação de reservas da Caatinga; 2) o uso de repelentes naturais e o controle por limpeza artesanal da roça, em substituição ao uso de agrotóxicos, evitam a eliminação da vegetação herbácea da Caatinga e de pequenos animais e micro-organismos que compõem os solos; e 3) o uso das técnicas de rotação de culturas, plantio consorciado e adubagem por esterco animal e húmus produzido em minhocários favorece a fertilidade natural dos terrenos pedogênicos.

No tocante à associação das mulheres, formada por 20 membros, além das práticas agroecológicas, verifica-se a construção de experiências com quintais produtivos, a produção de mudas de espécies da Caatinga para reflorestamento e o manejo de abelhas. De acordo com Kill (2021), “a fauna apícola da Caatinga é representada por 187 espécies de abelhas, distribuídas em 77 gêneros”, predominando as endêmicas. A apicultura, geralmente, está aliada a medidas de conservação do bioma, tendo em vista que os estratos vegetais fornecem alimento, por meio das flores, e sustentáculo para a formação das colmeias. A ecologia das plantas da Caatinga também é favorável à atividade devido à diversidade de espécies com floração em diferentes estações do ano. Embora a brotação das flores seja dominante no período chuvoso, algumas árvores, como o juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), a aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), a baraúna (*Schinopsis brasiliensis*), a umburana-de-cheiro (*Amburana cearensis*) e a quixabeira (*Sideroxylon obtusifolium*), possuem floração na estação seca e, por consequência, configuram-se como importantes fontes de alimento para as abelhas em ocasiões de reduzida oferta de recursos florais.

De acordo com os censos agropecuários do IBGE, realizados em 2006 e 2017, o sertão sergipano despontou no estado pelo número de estabelecimentos agropecuários que desenvolvem atividades apícolas: dos 308 estabelecimentos identificados em Sergipe, 53,57% estavam localizados no sertão. Também foi constatada, nesse território, a maior taxa de crescimento intercensos de unidades produtivas, que correspondeu a 79,35%. Entretanto, esse aumento não se refletiu na quantidade vendida de mel, cuja variação foi de apenas quatro toneladas (16,67%) entre 2006 e 2017 (Tabela 2).

Tabela 2 – Beekeeping, Sergipe (2006-2017).

Ano	2006	2017	Taxa de crescimento intercensos (%)
Número de estabelecimentos agropecuários			
Sergipe	267	308	15.36
Sertão sergipano	92	165	79.35
Agreste sergipano	82	96	17.07
Leste sergipano	93	47	-49.46
Quantidade vendida de mel (toneladas)			
Sergipe	63	87	38.10
Sertão sergipano	24	28	16.67
Agreste sergipano	23	47	104.35
Leste sergipano	16	12	-25.00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006-2017).

Os fatores que interferiram nesse cenário estão atrelados às prolongadas estiagens que se estenderam durante a década de 2010 e impactaram a redução da capacidade de floração da vegetação. Tal fato

pode ser constatado, inclusive, por meio da interpretação dos dados supracitados: em 2017, verificou-se que o agreste sergipano, com número expressamente menor de estabelecimentos agropecuários dedicados à apicultura, conseguiu vender 47 toneladas de mel, em contraposição ao quantitativo de 28 toneladas comercializadas no sertão. Nesse caso, a regularidade de chuvas, mais frequente no agreste, contribuiu para o cenário mais propenso à produção do alimento nesse território. As frágeis orientações técnicas no manejo das abelhas também favoreceram esse contexto. Na ocorrência de secas, faz-se necessário alimentar artificialmente os insetos a fim de mitigar a carência de néctar e pólen produzidos pelas plantas e suprimidos pelos excessos climáticos. A realização dessa prática evita a dispersão dos enxames e os desequilíbrios socioambientais, constatados no ataque das abelhas a indivíduos e animais da pecuária de médio e grande portes.

Apesar dessa configuração, a apicultura desempenha um papel relevante na manutenção da sociobiodiversidade da Caatinga. A transmissão dos saberes medicinais em torno do consumo do mel, *in natura* ou incrementado em lambedores e xaropes, bem como o reconhecimento científico dos seus benefícios à saúde humana, viabiliza a demanda do produto no território, que se revela importante na complementação da renda dos agricultores e agricultoras familiares. Na associação de mulheres do município de Porto da Folha, as produtoras dispõem de uma cozinha industrial e infraestrutura direcionadas ao envasamento e à rotulagem do mel beneficiado no estabelecimento. As qualidades ecológicas, nutricionais, estéticas e socialmente justas conferidas ao alimento são elementos que agregam valor comercial ao produto.

Outra atividade com potencialidade econômica, porém, relativamente restrita no território, consiste no cultivo de plantas da Caatinga para uso ornamental. Entre as espécies vegetais destacam-se a cabeça-de-frade (*Melocactus bahiensis*), o mandacaru (*Cereus jamacaru*), o facheiro (*Pilosocereus pachycladus*) e o xique-xique (*Pilosocereus gounellei*), na família das cactáceas, e a macambira (*Bromelia laciniosa*) e o gravatá (*Bromelia antiacantha*), na família das bromélias. Essa prática foi difundida, *a priori*, em estabelecimentos públicos e empresas governamentais como mecanismo de associação entre a estética e a identidade territorial. Reforça-se, ainda, que, em um ambiente semiárido, marcado pela escassez pluvial e hídrica, a utilização dos vegetais nativos dispensa maiores cuidados com a prática de rega para suprimento de água às plantas. Mais recentemente, as espécies da Caatinga foram valorizadas na ornamentação doméstica, em função da disseminação de perspectivas do paisagismo natural e autóctone.

Heiden, Barbieri e Stumpf (2006) abordam que o uso das plantas ornamentais para o prazer estético acompanha a história da humanidade. Entretanto, além da harmonização ambiental, a sua incorporação pelo mercado paisagístico tem acentuado discussões de cunho ambiental e econômico. A valorização das espécies autóctones pode mitigar o avanço de plantas não nativas (alóctones) no território, que impulsiona a uniformização das paisagens e cuja reprodução invasora pode atuar no ecossistema como um agente de substituição e comprometimento à manutenção da diversidade biológica da flora e da fauna. Além do desequilíbrio ambiental, o avanço indiscriminado de espécies exóticas pode incidir negativamente sobre a saúde humana e criar um ambiente propício à fragmentação econômica e social, em função do comportamento competitivo da flora invasora em relação às espécies nativas e agroalimentares tradicionais.

As práticas de cultivos ornamentais foram apropriadas pela iniciativa privada, que atua na oferta de serviços paisagísticos e de espécies vegetais autóctones e alóctones. Todavia, as técnicas de plantio também foram difundidas em assentamentos de reforma agrária. Quando manejadas por agricultores familiares, a comercialização das plantas ocorre nos estabelecimentos rurais e nas feiras livres. O cultivo sustentável e a redução do extrativismo desenfreado das espécies nativas contribuem para a conservação da flora da Caatinga e a legitimidade da identidade sertaneja, ancorada no discurso social e político da resistência.

Em contraposição a essa dinâmica, a Caatinga sergipana também tem sido impactada pela propagação de espécies invasoras. Entre as plantas, destacam-se a algarobeira (*Prosopis juliflora*), difundida no semiárido

nordestino desde o início do século XX, e o nim (*Azadirachta indica*), introduzida no Brasil na década de 1980, mas largamente cultivada no Nordeste a partir dos anos 2000. Apesar da considerável variação temporal de alastramento desses exemplares vegetais, sobressai o fato de, contraditoriamente, o seu plantio ter sido incentivado pela política institucional e por empresas governamentais de extensão rural.

Nascimento (2008) retrata que a algarobeira ocupa originalmente terras da América Central, Caribe e Norte da América do Sul. O seu manejo no semiárido estava vinculado ao discurso evasivo do combate à seca: 1) aproveitamento na suplementação alimentar dos bovinos; 2) nutrição humana na forma de farinha, goma, café, licor e geleia derivados do fruto; 3) disponibilidade de madeira para construção de mourões e estacas; e 4) uso energético da lenha e carvão. Na contramão dos benefícios propagandeados, a algaroba expandiu-se em áreas de Caatinga, sobretudo em baixios e ambientes ciliares. Resistente à seca e com dinâmica de densidade expansiva, a espécie provocou a homogeneização de paisagens vegetais, diminuiu a disponibilidade de recursos hídricos, alterou a fertilidade dos solos e eliminou espécies da flora arbórea e arbustiva em vastas áreas do bioma, devido ao comportamento competitivo (Fabricante *et al.*, 2015; Nascimento, 2008).

No tocante ao nim, de origem indiana, a espécie também se adaptou facilmente ao clima semiárido. De acordo com Santos e Fabricante (2020), entre as suas utilidades sobressaem a produção de madeira e a sua propriedade bioinseticida. O uso do sumo das folhas e do óleo extraído das sementes foi incoerentemente difundido entre produtores agroecológicos e orgânicos no controle repelente de pragas. Além disso, os referidos pesquisadores reforçam que a sua introdução no bioma tem comprometido a resiliência dos ambientes, em decorrência do seu caráter competitivo com espécies nativas e da diminuição da sobrevivência dos organismos polinizadores. A fragmentação da sociobiodiversidade é provada por alterações nas dinâmicas naturais da flora, da fauna e, também, por possíveis impactos na produção de alimentos, visto que são as abelhas as principais responsáveis pela polinização das culturas agrícolas.

De perfis arbóreos e com grandes áreas sombreadas, a algaroba e o nim foram utilizados, em diferentes temporalidades, na arborização de logradouros e no paisagismo de praças públicas. Recentemente, a pressão exercida por ambientalistas e iniciativas do poder judiciário têm orientado a erradicação do manejo das plantas invasoras em espaços públicos e a substituição por espécies nativas.

4 CONSUMO DA FLORA E DERIVADOS DA CAATINGA

Os sertanejos e sertanejas que continuaram no território em seus pequenos estabelecimentos rurais mantêm sua relação com a Caatinga por meio do aproveitamento dos recursos naturais. O usufruto do bioma foi evidenciado por Almeida e Vargas (1998) com as seguintes finalidades: medicinal, alimentícia, madeira/lenha e artesanato. O uso das plantas medicinais, embora tenha sido reduzido diante do avanço da indústria química/farmacêutica, ainda é comum para a preparação de chás, lambedores, compressas e banhos. Tais saberes ainda são propagados pelos movimentos sociais, pastoral da saúde, comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) e por pessoas detentoras de conhecimento tradicional, a despeito da expansão das farmácias nas sedes municipais e nos povoados rurais.

Estudos sobre a botânica da Caatinga apontaram o potencial medicinal e terapêutico das plantas do bioma no sertão sergipano e, inclusive, em outros estados do Nordeste (Alves *et al.*, 2017; Roque; Rocha; Loiola, 2010). Dos estratos arbóreos, arbustivos e herbáceos, utilizam-se as diferentes partes da planta: o caule, as sementes, as folhas, as raízes, as flores e os frutos.

Durante as entrevistas, membros pertencentes às comunidades quilombolas, ao povo indígena Xokó, bem como agricultores tradicionais, rememoraram sobre os diversos tratamentos da saúde com o uso de estratos da flora da Caatinga. Em suas narrativas, destacaram a utilização desses bens ecológicos como anti-inflamatórios, antibacterianos e analgésicos nos cuidados de doenças respiratórias, digestivas,

renais, cardíacas, epidérmicas, neurológicas e, inclusive, nos males do mau-olhado (febre, náuseas, diarreia, cefaleia e indisposição), cuja causa está associada a pretensões voluntárias e involuntárias de indivíduos sedentos de inveja ou extrema admiração. As explicações para esses fatos estão vinculadas à metafísica e à crença popular, e o seu diagnóstico é realizado por benzedeiros e rezadores, cada vez mais escassos, que dispõem de saberes de cura herdados dos seus ancestrais.

No tocante à flora frutífera, alguns alimentos foram abolidos ou restringidos dos hábitos alimentares, como a quixaba, o juá, o araticum, o mari e o maracujá-do-mato. Castro (1984, p. 184) menciona que, apesar do seu potencial nutritivo, o aproveitamento desses frutos na alimentação ocorria, principalmente, “nas terríveis épocas de seca, quando se come de tudo”. Essa percepção também está inserida nas narrativas dos entrevistados que rememoram com lamento experiências regressas, em que a escassez de alimentos e a fome, decorrentes da associação trágica entre a seca e a exclusão social, impunham-lhes a necessidade de comer o que garantisse prolongar a sobrevivência, mas que não necessariamente lhes agradava o paladar.

Em contraposição a esse cenário, a comensalidade do ouricuri e do umbu permaneceu arraigada na culinária tradicional do sertanejo. Os habitantes do campo adquirem mais facilmente esses frutos no seu *locus habitat*. A respeito do ouricurizeiro (*Syagrus coronata*), a presença dessa palmácea na Caatinga está associada às rotas realizadas pela arara-azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*) e pela arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*). Em ameaça de extinção, essas aves congêneres possuem como características anatômicas um bico grande, curvo e resistente, capaz de quebrar frutos envoltos em cascas rígidas. Entre as sementes dispersas, predominam as frutificadas em palmeiras, a exemplo do ouricuri.

O preparo desse fruto para o consumo ocorre por meio do cozimento. Realizada essa etapa, o ato de comer o ouricuri dá-se pela quebra da semente com o auxílio de fragmentos de rocha. Rompida a casca, obtém-se a polpa comestível, que se assemelha a um pequeno coco.

Todavia, pondera-se que esses bens não são encontrados tão facilmente como no passado. Menezes (2013, p.14) assevera: “em Sergipe, como reflexo do desmatamento, o umbuzeiro (*Spondia tuberosa* Arr. Cam.), espécie vegetal, denominada por Euclides da Cunha (1963) como ‘árvore sagrada do sertão’, definha”. Por essa razão, também é comum a população buscar esses frutos nas feiras semanais, cujos circuitos curtos e regionais de gêneros alimentícios propiciam a aquisição dos produtos oriundos sobretudo do estado da Bahia.

Apesar da intensa devastação da Caatinga, o consumo do fruto do umbuzeiro (*Spondia tuberosa* Arr. Cam.) é largamente difundido entre os sertanejos. A coleta do fruto ocorre entre os meses de março e abril, sendo associado ao período de quaresma. O fruto é consumido *in natura* quando verde, inchado (parcialmente verde) ou maduro. Também é acompanhado na beberagem de aguardente, bem como aproveitado na produção de suco. Todavia, o alimento derivado do umbu mais desejado entre os sertanejos e sertanejas é a umbuzada. Elaborada mediante a combinação do umbu cozido, leite bovino ou de coco, adoçada com açúcar e temperada com uma leve pitada de sal, a umbuzada acompanha as refeições do meio-dia e pode ser servida como sobremesa, incrementada ou não com a farinha de mandioca.

Em relação ao umbuzeiro, também são valorosas as raízes, assim descritas por Castro (1984, p.223): “a raiz — cuca — do umbuzeiro é formada de um tecido esponjoso ricamente embebido de água. A riqueza d’água é tamanha que não se pode chamar o produto de comida, mas de verdadeira bebida”. Praticamente não consumida na atualidade, porém, frequentemente no passado, a água da “batata” do umbuzeiro saciou a sede de vaqueiros que pastoreavam o gado, e de cangaceiros afugentados na Caatinga.

Das suas raízes aquosas também é produzida a cocada do umbuzeiro: após descascada, lavada e espremida, é levada ao fogo com açúcar. Esse doce teve seu consumo restringido na contemporaneidade, porém, recentemente foi recuperado e passou a compor uma iguaria em pratos da culinária tradicional servidos em restaurantes dos municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, que emergem como

polos de ecoturismo no sertão sergipano. Fato semelhante ocorre com a cabeça-de-frade (*Melocactus bahiensis*), cactácea da qual se produz uma cocada após o cozimento da sua polpa com açúcar, cravo e canela. Tais contextos denotam a exploração da sociobiodiversidade na recuperação e difusão de alimentos qualificados pelos atributos ambientais, culturais, identitários, artesanais e históricos.

Alguns vegetais da Caatinga, como o manjogome (*Talinum paniculatum*) e o bredo (*Amaranthus viridis*), eram consumidos em ensopados, junto ao feijão, fritadas e caldos, geralmente cozidos com legumes (abóbora, jerimum, quiabo e maxixe) introduzidos no bioma e que passaram a compor agroecossistemas alimentares no sertão. A incorporação desses vegetais na alimentação ocorria no período chuvoso. Todavia, o uso exacerbado dos herbicidas nas pastagens e no plantio do milho implicou a eliminação de espécies herbáceas naturais da Caatinga, bem como de cultivos eudicotiledôneos. Em contraposição à redução do manjogome e do bredo na dieta nutricional do sertanejo, o maxixe, a abóbora, o jerimum e o quiabo ainda permanecem inseridos na sua alimentação.s.

5 ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS: A VALORIZAÇÃO DA CAATINGA POR QUEM SEMEIA AS TRADIÇÕES E A ARTE

No sertão sergipano, a conservação da sociobiodiversidade da Caatinga inclui o protagonismo de membros pertencentes a comunidades tradicionais. A respeito desses territórios, destaca-se a relação ecológica, identitária, simbólica e cultural que os indígenas e os quilombolas mantêm com a floresta, as águas e a terra. Resiste no sertão de Sergipe a única aldeia indígena legalmente reconhecida no estado, bem como três comunidades quilombolas certificadas, entre essas, uma em processo de instalação e, portanto, sem dados de área ocupada e população (Tabela 3).

Tabela 3 – Comunidades tradicionais, Sertão Sergipano (2024).

Comunidade	Município	Grupo social	Área (ha)	Pessoas autodeclaradas residentes no território
Povo Xokó	Porto da Folha	Indígena	4.316,7768	329
Serra da Guia	Poço Redondo	Quilombola	9.013,1831	614
Mocambo	Porto da Folha	Quilombola	2.100,5400	428
Rua dos Negros	Canindé de São Francisco	Quilombola	-	-

Fonte: Fundação Palmares (2024); IBGE – Censo demográfico (2022).

Nos territórios onde estão situadas as terras quilombolas e indígenas, predominam reservas de Caatinga praticamente intactas. Foi identificado entre esses grupos o respeito à conservação da natureza. É da Caatinga que esses grupos retiram raízes, cascas, folhas, flores e sementes utilizadas nos tratamentos das enfermidades físicas dos membros das comunidades. Algumas plantas também compõem rituais de rezas realizados por benzedeiros(as), que curam os males espirituais. Do solo que sustenta essa vegetação, as mulheres Xokó também retiram o barro (argila) utilizado na elaboração artesanal de panelas.

Oliveira (2018, p.40) menciona que expressões religiosas animistas e o catolicismo constituem “os principais vetores da identidade intercultural característica dos Xokó”. É por intermediação dos seus ancestrais e dos deuses, representados por elementos da natureza, que são predestinados o cacique e o pajé, lideranças da comunidade. O ritual do Ouricuri, cerimônia secreta com participação exclusiva dos indígenas, possui entre as práticas a beberagem da jurema e a dança do Toré, manifestações que transcendem os indígenas para o contato com suas divindades e seus antepassados.

De acordo com Silva (2023), para esses povos, a Caatinga é um patrimônio ecológico, simbólico e sagrado que constitui elemento fundamental na manutenção das suas identidades. Conservar as matas configura, pois, um processo de manutenção das tradições ancestrais, que contribui na referenciação cultural e na legitimação da existência de quilombolas e do povo Xokó.

Na configuração territorial do sertão sergipano, destaca-se ainda a relação singular entre os vaqueiros tradicionais e a Caatinga. Entre as manifestações culturais protagonizadas por esses sujeitos, as vaquejadas de “pegas de boi no mato” configuram a principal representação simbólica do vaqueiro (Menezes; Almeida, 2008; Silva, 2023).

Existe uma simbiose ecológico-cultural entre esse sujeito e a Caatinga. A mata configura um componente natural imprescindível na estruturação ritualística da vaquejada, porque é nela que os vaqueiros se embrenham, em demonstrações de destreza e coragem, para obter um adesivo ou cordão dependurado no bovino solto na vegetação. No passado, a prática consistia na captura do próprio animal.

Manter a biodiversidade da Caatinga é, pois, a primeira ação de manutenção da “pega de boi no mato”. Diante do exposto, nas últimas décadas, grupos de vaqueiros têm reivindicado ao poder público a aquisição de reservas do bioma para fins recreativos. No município de Porto da Folha, a Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos, formada por vaqueiros, possui a titulação de 400 hectares de área de Caatinga, direcionada à conservação e promoção da “pega do boi no mato”. O reconhecimento de utilidade pública da referida sociedade ocorreu em 1985, por meio da Lei Estadual Nº 2574. A última revalidação de reconhecimento se deu com a assinatura da Lei Estadual Nº 6.953, de 2010.

Fato semelhante foi observado no município de Nossa Senhora da Glória em 2023, em que a prefeitura municipal obteve do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a cessão de 155 hectares do bioma Caatinga no Assentamento João do Vale. O acordo teve como propósito a criação de uma unidade de conservação municipal para o desenvolvimento de ações de educação ambiental e a realização de práticas culturais, de esporte e lazer (Incra, 2023). As atividades de recreação constituem as “pegas de boi no mato”, cuja promoção é liderada pelos membros da Associação de Vaqueiros de Nossa Senhora da Glória – Raid da Amizade. Estabelecimentos agropecuários sertanejos mantidos por vaqueiros e produtores rurais que valorizam essa modalidade das vaquejadas também mantêm em seus estabelecimentos rurais reservas de Caatinga onde são promovidas as festividades.

Também vem da Caatinga, no município de Nossa Senhora da Glória, a inspiração do artista plástico Cícero Alves dos Santos, conhecido por Véio. A matéria-prima de suas obras são troncos, raízes e galhos da vegetação morta do bioma. De acordo com Maciel, Santos e Leal (2017, p.4), o artista trabalha suas esculturas de duas formas:

Na primeira, escolhe, com o que chama de troncos abertos, pedaços de vegetação que encontra dispostos pela região em que vive, e nos quais ele faz poucas e precisas intervenções artísticas. Véio consegue extrair da natureza um caráter expressivo, contido em suas torções e formas já encontradas e através de cores e cortes bem específicos, acaba por delinear formas de animais, homens e outras figuras fantásticas; na segunda maneira, entalha o que nomeia de troncos fechados. Véio desbasta a madeira até deixar à vista o que planejou ou previu no tronco, segundo o mesmo. São composições que abordam diversos temas e possuem dimensões muito variadas, desde um milímetro a 12 metros de altura.

Apesar dos saberes na marcenaria, o artista recusa realizar o extrativismo da madeira para fins comerciais, sob o argumento da conservação da biodiversidade. As representações reveladas nas obras de Véio remontam a dramas humanos, crítica social, política, trabalho, modo de vida e tradições do povo nordestino. No denominado Museu do Sertão, construído em seu estabelecimento rural, consta um acervo de mais de 17.000 peças.

A arte de Véio, designada no campo artístico como *naïf*, ou seja, obras de autodidatas que possuem uma expressão específica atrelada a uma linguagem pessoal, foi exposta em renomados espaços da arte contemporânea no Brasil e em países da Europa, contando com acervos na *Fondation Cartier pour l'art contemporain*, Paris, França, na Pinacoteca do estado de São Paulo. Além disso, o artista participou da programação da Bienal de Veneza, Itália, em 2015 (Maciel; Santos; Leal, 2021).

O reconhecimento artístico de Véio possibilita o debate e a contestação do suposto antagonismo entre arte primitiva, erudita e popular, além de difundir em escala local, nacional e internacional componentes da sociobiodiversidade da Caatinga do sertão sergipano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, apresenta processos intensivos de devastação acometidos pelo avanço de atividades produtivas predatórias que, no sertão de Sergipe, traduzem-se no avanço da pecuária extensiva, na extração ilegal da madeira e, mais recentemente, no avanço do monocultivo de milho, sob o paradigma da Revolução Verde. Essas práticas implicam a redução da cobertura vegetal, a diminuição do potencial hídrico dos cursos fluviais e a degradação dos solos, que, associadas às mudanças climáticas, desencadeiam a formação de áreas suscetíveis à desertificação.

As consequências desses problemas preocupam pelas condições alarmantes de eliminação de exemplares da flora e da fauna, pelas dificuldades de regeneração natural do bioma – problema agravado pela inoperância das políticas ambientais –, mas, também, pelos impactos sociais, econômicos e na produção de alimentos. O prolongamento cada vez mais frequente das estiagens e o uso de tecnologias nocivas na agricultura (agrotóxicos e sementes modificadas geneticamente) têm apresentado efeitos danosos aos agroecossistemas tradicionais, o que, na prática, aumenta a dependência da população em relação aos alimentos ultraprocessados e da agricultura intensiva.

Não obstante, tem-se consolidado estratégias de convivência com o semiárido e de usufruto sustentável das matas, engendrado por movimentos sociais, comunidades tradicionais e segmentos da agricultura familiar, destacando-se a agroecologia, a apicultura e, mais recentemente, experiências de cultivo de espécies autóctones. A conservação desse bioma também tem sido viabilizada por grupos sociais que vislumbram a Caatinga como um patrimônio fundamental à manutenção das suas práticas festivas, ritualísticas, terapêuticas, medicinais, agroalimentares e artísticas.

Logo, considera-se que a conservação da Caatinga perpassa pela legitimação de atividades culturais e tradicionais que moldam os modos de vida no sertão. As experiências de convivência com o semiárido estão alicerçadas em vivências reproduzidas pelos antepassados dos sertanejos. Suas percepções espaciais, os saberes agroalimentares e a relação de reciprocidade entre homem e natureza são instâncias que precisam ser incorporadas nos processos de inovação social, cultural e produtiva.

A agroecologia, o ecoturismo, o paisagismo endêmico e o usufruto sustentável da flora na culinária são caminhos emergentes de sociobiodiversidade que precisam integrar os movimentos sociais e os grupos tradicionais que, em diferentes temporalidades, assumiram, por meio de práticas cotidianas e culturais, o protagonismo ecológico no território. Ademais, somente dessa forma é possível construir estratégias de conservação e territorialidades que sejam inclusivas, ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. As ambiguidades do ser ex-migrante: o retorno e o viver entre territórios. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Territorialidades na América Latina**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/Funape, 2009. p. 208-218.
- ALMEIDA, M. G.; VARGAS, M. A. M. A dimensão cultural do Sertão Sergipano. In: DINIZ, J. A. F.; FRANÇA, V. L. A. **Capítulos de Geografia Nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS. 1998. p. 469-485.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4th ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALVES, S. G.; REIS NETO, A. F.; BARROS JÚNIOR, A. P.; RODRIGUES, G. G. Estudo etnoecológico em comunidades do semiárido sergipano: utilização de espécies botânicas para fins terapêuticos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 12, n. 3, 2017, p. 222-227. Available at: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/50050>. Access at: 14 apr. 2024.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 5th ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.
- ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica do Nordeste**. São Paulo: Editora Atlas, 1970.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades quilombolas em Sergipe**, 2024.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e da Pecuária (Mapa). **Plano Safra 2023/2024 incentiva sustentabilidade e conta com 13 programas para investimentos**, 2024.
- CASTRO, J. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CAVALHEIRO, L. N.; ARAÚJO, L. E. B. A sociobiodiversidade refletida no complexo contexto da multiculturalidade de saberes. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, 2015, p.121-139. Available at: <https://doi.org/10.18623/rvd.v12i23.404>. Access at: 11 may 2024.
- DIEGUES, A. C. S. Sociobiodiversidade. In: FERRARO JUNIOR, I. A. (Org.). **Encontros e Caminhos**: Fundação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015. p. 305-312.
- DINIZ, J. A. F. **A condição camponesa em Sergipe**: desigualdade e persistência da agricultura familiar. Aracaju: NPGeo, 1996.
- FABRICANTE, J. R.; ARAÚJO, K. C. T.; CASTRO, R. A.; SOUZA, B. S. R.; BARROS, B. K. R.; SIQUEIRA FILHO, J. A. Seleção de espécies autóctones da Caatinga para a recuperação de áreas invadidas por algaroba. **Pesquisa Florestal Brasileira**, Colombo/PR, v. 35, 2015, p. 371-379. Available at: <https://doi.org/10.4336/2015.pfb.35.84.876>. Access at: 14 apr. 2024.
- FRANÇA, V. L. A.; CRUZ, M. T. S. **Atlas escolar de Sergipe**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa – PB: Editora Grafset, 2007.
- FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paideia**, Ribeirão Preto/SP, v. 14, n. 28, 2004, p.139 -152. Available at: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>. Access at: 1 may 2024.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5th ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEIDEN, G.; BARBIERI, R. L.; STUMPF, E. R. T. Considerações sobre o uso de plantas ornamentais nativas. **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, Campinas/SP, v. 12, n. 1, 2006, p. 2-7. Available at: <https://doi.org/10.14295/rbho.v12i1.60>. Access at: 13 feb. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário e Censo demográfico**, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Acordo permitirá criação de projeto sustentável em Nossa Senhora da Glória (SE)**, 2024.

IRIGARAY, M. C.; MARTINS, E. J. Sociobiodiversidade e biodemocracia: uma (re)aproximação do homem com a natureza. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, Florianópolis, v. 2, n. 1, 2016, p. 170-189. Available at: <https://www.indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/1051>. Access at: 12 feb. 2024.

KILL, L. H. P. **Bioma Caatinga**. Embrapa: Brasília, 2021. Available at: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-caatinga/fauna>. Access at: 15 mar. 2024.

MACIEL, N. D. G.; SANTOS, J. K. P.; LEAL, V. C. V. Véio e o Museu do Sertão: uma discussão sobre a preservação de memórias e a reelaboração de saberes populares. *In*: 3º SEBRAMUS, 2017, Belém. **Anais [...]** Belém: UNB, 2017, p. 01-08.

MAPBIOMAS BRASIL. **Cobertura vegetal da Caatinga**, 2024. Available at: <https://brasil.mapbiomas.org/o-projeto/>. Access at: 18 apr. 2024.

MENEZES, A. V. C. **Estado e organização do espaço semiárido sergipano**. Aracaju: UFS/NPGeo, 1999.

MENEZES, S. S. M.; ALMEIDA, G. Vaquejada: a pega de boi na Caatinga resiste no sertão sergipano. **Vivência**, Natal, n. 34, 2008, p. 181-193. Available at: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/f22fbae0-e363-4a78-b3a6-f4d293c10443>. Access at: 12 feb. 2024.

MENEZES, S. de S. M. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo**. 359 p. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.

MENEZES, S. S. M. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2013, p. 31-58. Available at: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/8106>. Access at: 15 apr. 2024.

MENEZES, S. S. M.; SILVA, P. A. S.; SILVA, H. R. C. **Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. Confins [online]**, v. 40, 2019. Available at: <https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>. Access at: 22 may 2024.

NASCIMENTO, C. E. S. **Comportamento invasor da algarobeira Prosopis juliflora (Sw) DC nas planícies aluviais da Caatinga**. 115 p. Tese (Doutorado em Biologia Vegetal). Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

NOLASCO, C. L.; LAHSEN, M.; OMETTO, J. P. H. B. Segurança Alimentar e Mudanças Ambientais Globais: uma análise no contexto da sociedade brasileira. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, n. 1, 2016, p. 29-43. Available at: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v7n1.2016.16749>. Access at: 13 may 2024.

OLIVEIRA, V. M. S. **Memória/identidade Xokó: práticas educativas e reinvenção das tradições**. 258 p. Tese (Doutorado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2018.

ROQUE, A. A.; ROCHA, R. M.; LOIOLA, M. I. B. L. Uso e diversidade de plantas medicinais da Caatinga na comunidade rural de Laginhas, município de Caicó, Rio Grande do Norte (nordeste do Brasil). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v. 12, n. 1, 2010, p. 31-42.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, G.; FABRICANTE, J. R. Potencial de Invasão Biológica do Nim (*Azadirachta indica* A. Juss.) no Nordeste Brasileiro. **Revista de Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, v. 14, 2020, p. 7-12. Available at: <https://doi.org/10.18316/rca.v14i3.5093>. Access at: 15 feb. 2024.

SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. **Delimitação e regionalização do Brasil semiárido – Sergipe**. Aracaju: UFS, 1992.

SERGIPE. **Assembleia Legislativa de Sergipe. Lei Nº 2574, de 17 de dezembro de 1985**: reconhece de utilidade pública a Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos, com sede e foro na cidade de Porto da Folha (SE), 1985.

SERGIPE. **Assembleia Legislativa de Sergipe. Lei Nº 6.953, de 28 de junho de 2010**: revalida o reconhecimento de utilidade pública estadual da Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos, 2010.

SILVA, J. N. G. **Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE**: inovações socioprodutivas e ruralidades. 191 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016. Available at: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5521>. Access at: 14 may 2024.

SILVA, J. N. G. Celebrar, brincar e rezar: dinâmicas sociais, culturais e simbólicas nas festas do município de Porto da Folha/SE. In: VARGAS, M. A. M.; SILVA, C. B. **Vivências e Experiências com a Geografia Cultural**: territórios, territorialidades, paisagens e ruralidades. 1st ed. Aracaju/SE: Criação Editora, 2023. p. 483-520. Available at: <https://editoracriacao.com.br/vivencias-e-experiencias-com-a-geografia-cultural-territorios-territorialidades-paisagens-e-ruralidades/>. Access at: 14 feb. 2024.

SILVINO, A. S.; VIGLIO, J. E.; FERREIRA, L. C. A conservação da Caatinga em diferentes arenas do Semiárido brasileiro. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, Edição Especial, 2016, p. 182-194. Available at: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v7n0.2016.18758>. Access at: 13 may 2024.

SORJ, B. **Estados e classes sociais na agricultura brasileira**. 2nd ed. Rio de Janeiro. 1986.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Camponeses e criadores na formação social da miséria**. 256 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro/RJ, 1981.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas/SP, v. 22, n. 44, 2014, p. 203-220. Available at: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Access at: 14 may 2024.